



**RELATÓRIO &
CONTAS
2024**

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2024

Nos termos da Lei e dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração da REALTRANSFER – Instituição de Pagamento, S.A., com sede na Rua Augusta, n.º 280 – 3.º andar, em Lisboa, Portugal, com o capital social de Euros 600.000, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 508012015, apresenta o Relatório & Contas referente ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2024.

RELATÓRIO & CONTAS DE 2024

ÍNDICE

I. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1. Órgãos Sociais	4
2. Enquadramento Macroeconómico	5
3. Empresa	8
4. Resultados e Situação Financeira	11
5. Controlo Interno	12
6. Perspetivas	14
7. Proposta de Aplicação dos Resultados	16
8. Reconhecimento	16
II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS	18
Balanço	19
Demonstração de Resultados	20
Demonstração dos Fluxos de Caixa ..	21
Demonstração de Alteração do Capital Próprio	22
Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras	23
III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	50

2

[Handwritten signatures and initials]

I . RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3



1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Apresentam-se os membros dos órgãos sociais que se encontram em exercício à data da elaboração deste relatório e contas, mandato 2023-2026.

Mesa da Assembleia Geral

Raúl de Almeida Capela – Presidente

Estrela Pereira – Secretária

Conselho de Administração

Pedro Alexandre da Conceição de Mascarenhas Santos – Presidente com funções executivas

Vera Figueira Aires – Vogal com funções executivas

João Bettencourt da Camara – Vogal com funções executivas

Gilda Luz Hopffer – Vogal com funções executivas

Vasco Linhares de Lima Álvares de Melo – Vogal sem funções executivas

Fiscal Único

DFK & Associados, SROC, Lda, representada por Miguel Nolasco Palma (ROC) – Revisor Oficial de Contas

Jorge Filipe Demérito Ricardo – ROC Suplente

4



2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Após um ano de 2023 muito desafiante, o ano de 2024 foi novamente marcado por desafios profundos que afetaram a economia global de diversas formas. A guerra na Ucrânia, que continuou a gerar instabilidade, trouxe consequências severas não apenas para a população diretamente envolvida no conflito, mas também para a economia global e a estabilidade geopolítica.

O impacto económico fez-se sentir em diferentes setores, desde o aumento dos preços da energia e dos combustíveis até à instabilidade nos mercados financeiros. A inflação continuou a ser uma preocupação, levando famílias e empresas a enfrentar dificuldades acrescidas. Os governos viram-se forçados a adotar medidas mais rigorosas para mitigar os efeitos da crise, enquanto a população se ajustava a um cenário económico cada vez mais incerto e aos preços galopantes na habitação.

Além da crise energética, o setor alimentar continuou a ser afetado, com disrupções nas cadeias de abastecimento e o consequente aumento dos preços dos bens essenciais. Os países mais dependentes das importações de cereais e outros produtos agrícolas enfrentaram desafios significativos, tornando ainda mais evidente a interligação das economias mundiais.

A nível social, 2024 foi um ano de desafios, mas também de resiliência. A solidariedade entre nações fortaleceu-se, com esforços humanitários e diplomáticos a tentar aliviar o sofrimento das populações afetadas pelo conflito. Organizações internacionais e sociedade civil mantiveram-se ativas no apoio a refugiados e na reconstrução de comunidades devastadas pela guerra.

Em Portugal

Apesar de todas as dificuldades e instabilidade. Com o início de 2025 veio a esperança de que a diplomacia prevaleça e que novos caminhos sejam trilhados para garantir paz num futuro próximo.

Todo este contexto macroeconómico teve forte impacto no nosso país e no seu desempenho.

Em 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) de Portugal cresceu 1,9%, superando a estimativa governamental de 1,8%, mas ficando aquém do valor registado em 2023 (2,5%). Este crescimento foi impulsionado principalmente pelo consumo privado, beneficiado por cortes fiscais, aumentos salariais e pensões mais elevadas. Em termos nominais, o PIB atingiu 284,9 mil milhões de euros.

Adicionalmente, Portugal alcançou um excedente externo recorde de 3,3% do PIB, o mais elevado em 71 anos, impulsionado pelas exportações de serviços, especialmente no setor do turismo.

Em 2024, Portugal registou uma taxa de inflação média anual de 2,4%, uma diminuição em relação aos 4,3% observados em 2023.

No mês de dezembro de 2024, a taxa de inflação homóloga situou-se em 3,0%, representando um aumento de 0,5 pontos percentuais face a novembro do mesmo ano.

Em 2024, o setor do turismo em Portugal continuou a demonstrar um desempenho robusto, consolidando a sua posição como um dos pilares fundamentais da economia nacional, tendo as receitas atingido 27,7 mil milhões de euros, representando um aumento de 8,8% em relação a 2023. Este crescimento foi impulsionado por mercados como os Estados Unidos (+13,9%), Países Baixos (+13,5%) e Suíça (+10,4%).

Ao nível do alojamento foram registados 31,6 milhões de hóspedes (+5,2%) e 80,3 milhões de dormidas (+4,0%), gerando 6,7 mil milhões de euros em proveitos totais (+10,9%). As dormidas de residentes aumentaram 2,4%, enquanto as de não residentes cresceram 4,8%.

O Reino Unido manteve-se como o principal mercado emissor, de turismo representando 14,7% das dormidas de não residentes em novembro de 2024. Seguiram-se a Alemanha (12,5%) e os Estados Unidos (9,9%). Destaca-se o crescimento dos mercados polaco (+15,9%), canadiano (+12,4%) e dos Países Baixos (+11,9%).

Os maiores aumentos de dormidas ocorreram no Centro (+24,6%), Península de Setúbal (+19,3%), Norte (+18,3%) e Açores (+16,4%). O Algarve e a Grande Lisboa registaram crescimentos mais modestos, de 3,5% e 4,1%, respetivamente. Este desempenho positivo do turismo em 2024 reforça a importância do setor para a economia portuguesa, evidenciando a resiliência e capacidade de adaptação às dinâmicas globais.

Na Zona Euro

Em 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) da zona euro registou um crescimento de 0,7% em relação a 2023, sendo que o quarto trimestre de 2024, o PIB manteve-se estável em comparação com o trimestre anterior, após um crescimento de 0,4% no terceiro trimestre.

Entre os Estados-Membros com dados disponíveis para o quarto trimestre de 2024, Portugal registou o maior aumento trimestral do PIB, com um crescimento de 1,5%, seguido pela Lituânia (0,9%) e Espanha (0,8%). Por outro lado, a Irlanda (-1,3%), a Alemanha (-0,2%) e a França (-0,1%) registaram decréscimos no PIB durante o mesmo período.

Em 2024, a taxa de inflação média anual na zona euro foi de 2,4%, alinhando-se com as previsões do Banco Central Europeu (BCE) e aproximando-se da meta de 2%, o que representa uma diminuição significativa face aos 5,4% registados em 2023 e aos 8,4% de 2022, ano em que a inflação atingiu o seu pico.

Em dezembro de 2024, a taxa de inflação homóloga situou-se em 2,4%, um aumento de 0,2 pontos percentuais em relação a novembro, que registou 2,2%.

3. EMPRESA

Como referido anteriormente, o sector do Turismo nacional manteve a tendência de crescimento registada nos últimos anos, apresentando em 2024 um crescimento de cerca de 8,8%, chegando assim aos 27,7 mil milhões de euros. Este crescimento foi fortemente influenciado pelo mercado dos Estados Unidos, cujo número de turistas cresceu 14%.

Apesar dos dados se apresentarem todos promissores, o desempenho da RealTransfer no ano de 2024 não foi o desejado.

Os proveitos *Cambiais Notas e Moedas* decresceram -4,5%, passando de 1 526 892€ em 2023 para 1 458 2432€ em 2024, após o período de crescimento registado nos últimos anos. Estes resultados demonstram um contraciclo relativamente aos dados do Turismo, já acima referidos. As quebras mais acentuadas verificaram-se nos GBP e nos USD, com quebras de -6,83% e de -3,65% respetivamente.

Relativamente aos dois principais mercados externos de destino para o serviço de envios de fundos da empresa, Brasil e Angola, em 2024 os resultados não foram muito animadores.

Apesar de a economia brasileira ter apresentado um crescimento de 3,4%. os dados indicam uma desaceleração no final do ano, com desafios fiscais e monetários persistentes.

Quanto à inflação oficial do Brasil, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), esta registou uma subida de 4,83%, superando o teto da meta estabelecida pelo governo, que era de 4,5%. Quanto ao corredor Brasil da RealTransfer, o mesmo apresentou uma quebra de 7,3% no volume de envios, o que se refletiu em menos 1,9% dos proveitos gerados.

Os fatores que podem ter influenciado mais o desempenho deste corredor, foi por um lado a volatilidade do Real do Brasil face ao Euro, e por outro, a diminuição do fluxo migratório, o que com a alteração do perfil da comunidade trouxe desafios adicionais.

No que diz respeito a Angola, em 2024, a economia angolana registou um crescimento significativo, com o Produto Interno Bruto (PIB) a aumentar 4,43%, o crescimento mais expressivo dos últimos dez anos. Este crescimento foi impulsionado pela recuperação do setor petrolífero, com a produção e refinação de petróleo a aumentarem 4,7% no primeiro semestre de 2024, após uma queda de 5,4% no mesmo período de 2023. Apesar do crescimento económico, a inflação manteve-se elevada, situando-se em 27,5% em dezembro de 2024, uma ligeira diminuição face aos 28,4% registados em novembro.

Quanto aos proveitos da Realtransfer neste corredor, os mesmos apresentaram uma forte quebra relativamente aos registados em 2023.

O ano de 2024 foi também o ano do lançamento generalizado do novo serviço de compra e venda de ouro em todas as suas formas. Desde o seu lançamento, o serviço tem registado uma elevada adesão por parte dos clientes, registando-se no primeiro ano largas dezenas de transações.

O Departamento de Sistemas de Informação tem tido um papel fundamental na implementação do Regulamento Europeu de Resiliência Operacional Digital (DORA). Uma equipa multidisciplinar, composta por profissionais especializados, tem trabalhado sob a liderança de um Administrador, com o apoio do Responsável de Gestão de Riscos e do Responsável pelo Cumprimento Normativo (RCN). Embora o processo de implementação ainda esteja em curso, a equipa tem dedicado esforços contínuos para

assegurar que o regulamento seja cumprido de forma eficaz, alinhando-se com as melhores práticas do setor, com foco na resiliência digital e na conformidade regulatória.

O principal objetivo tem sido a modernização e evolução das infraestruturas e sistemas existentes, garantindo a capacidade de adaptação e resposta às novas exigências do mercado, ao mesmo tempo que promove um ambiente digital seguro e eficiente para os seus clientes e colaboradores. Este projeto será um dos mais importantes a desenvolver em 2025.

Apesar de todas as adversidades, a RealTransfer, S.A. mantém-se uma empresa sólida e com forte presença no mercado nacional, prevendo-se um ano de 2025 repleto de novidades ao nível de lançamento de novos produtos, serviços e canais.

No que diz respeito à rede de balcões, no ano de 2024 a RealTransfer encerrou, por imperativos contratuais, dois balcões, balcões estes que devido à sua antiguidade, eram de extrema relevância para a empresa o que se refletiu também nos resultados finais do ano.

4. RESULTADOS E SITUAÇÃO FINANCEIRA

Os Proveitos totais da empresa durante o ano de 2024 (5 066 868,38€) apresentaram uma quebra de -2,22% comparativamente aos valores registados em 2023 (5 181 874,11€).

Os Proveitos da RealTransfer, S.A. provêm essencialmente de três grandes rúbricas, que são elas:

- Reavaliação cambial em divisas;
- Reavaliação cambial notas e moedas;
- Comissões.

No que diz respeito aos proveitos gerados unicamente pela reavaliação cambial em divisas estes totalizaram em 2024 3 082 324,25 representando este valor um ligeiro decréscimo relativamente aos proveitos registados em 2023 (3.098.634€), nesta rubrica. Também os proveitos gerados pela reavaliação cambial de notas e moedas registaram uma significativa de cerca de 4,5%, passando de 1.526.892€ em 2023, para 1 458 243€ em 2024.

No que respeita às comissões, as mesmas acompanharam a tendência de decréscimo das outras duas rubricas, registando um proveito de 472 351€ contra os 518.153€ registados em 2023. Para esta quebra contribuiu em grande parte o corredor Angola que em 2024 apresentou quebras significativas.

Relativamente ao total de *Custos*, o esforço efetuado para a sua contenção surtiu efeito e foi possível, durante o ano de 2024 baixar em 65 000€, o que representa uma quebra de 1,2% relativamente ao ano de 2023

Nesse sentido, passamos a detalhar os itens com maior expressão nesse aumento:

- Aumento da rubrica de custos de pessoal em 2,2% totalizando 2 776 033€ em 2023 contra os 2.714.792€ registados em 2023, sendo que o quadro de pessoal contava com 103 colaboradores no final de 2024 e com 107 colaboradores no final de 2023. Esta foi a rubrica que mais aumentou no ano em apreço, estando em contraciclo com as restantes.
- A rubrica de Fornecimentos e Serviços de Terceiros sofreu um decréscimo de - 5,5%, passando de para 1 354 478€ em 2023 para 1 280 092€ em 2024. Esta descida deu-se à contenção de custos levada a cabo durante todo o ano, de uma forma genérica, não estando centrada em nenhuma sub rubrica em específico.

5. CONTROLO INTERNO

A RealTransfer, S.A. realiza todas as atividades necessárias para garantir o planeamento e o controlo de gestão da empresa em matéria de riscos financeiros, nomeadamente a elaboração de Orçamento, dos Planos de Atividade, a escolha de objetivos e a apresentação dos Relatórios de Atividades. Desta forma, é possível sistematizar métodos e otimizar os recursos, bem como certificar todas as informações relevantes sobre o património, permitindo obter um conhecimento realista e em tempo útil, da situação económica e financeira da Instituição.

É ainda possível avaliar e controlar (informação dinâmica, comparativa, orientadora) o desempenho da empresa nas suas diversas vertentes: humana, financeira, operacional e comercial, visando assegurar a execução da estratégia através da comparação dos resultados com os objectivos delineados, assegurando a regularidade fiscal e demonstrando a mesma perante os órgãos de administração e de fiscalização e assim

contribuir para o fortalecimento do Sistema de Controlo Interno da Instituição.

O sistema de Controlo Interno da instituição é composto por três áreas distintas e autónomas, que são elas:

- Gestão de Riscos;
- Auditoria Interna;
- Conformidade.

A Gestão de Riscos trabalha essencialmente com base no Sistema de Gestão de Riscos da Instituição, implementado nos termos da Secção III do Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, de 15/07/2020.

O **Controlo do Risco** é efetuado com base nos processos desencadeados por todas as áreas da RealTransfer, SA, incluindo os processos de elaboração de *pricing* (que inclui a análise dos mercados cambiais), gestão da liquidez (através da elaboração de mapas de controlo de liquidez), elaboração de mapas de *Research* Macroeconómico (através da recolha de dados Macroeconómicos dos principais mercados). De toda a análise efetuada resulta assim uma hierarquização dos riscos materialmente relevantes, dando prioridade no acompanhamento de processos que envolvam maior risco.

Todo o controlo efetuado tem como objetivo a mitigação do risco de forma global, sendo que, sempre que um processo ou procedimento possa desencadear um risco de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no Capital, esse processo é analisado individualmente e são tomadas as medidas tidas como necessárias para a respectiva mitigação.

Também a **Auditoria Interna** desempenha um papel fundamental no controlo dos processos e procedimentos desencadeados dentro da instituição, sendo as visitas de auditoria efetuadas com regularidade a todas as áreas funcionais da empresa, com especial incidência na rede de balcões. Destas visitas resultam relatórios que contêm recomendações baseadas nos resultados das avaliações realizadas, dando assim

cumprimento ao Artigo n.º 23 do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal. Para além dos processos de auditoria propriamente ditos, cabe ainda a esta área o tratamento de todas as reclamações que chegam à instituição, quer por meio de registo em livro de reclamações físico, livro de reclamações eletrónico ou diretamente para o email da instituição, assim como a gestão de todo o processo de retenção de numerário suspeito.

Ao **Departamento de Conformidade** cabe a verificação do cumprimento de todas as normas, leis e regulamentos aplicáveis, com especial incidência na Prevenção do Branqueamento de Capitais e no Financiamento ao Terrorismo, de acordo com o Artigo n.º 28 do Aviso 03/2020 do Banco de Portugal. Durante o ano de 2022 foram ainda elaborados e submetidos todos os reportes legalmente exigíveis, como é o caso do RPB (Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo).

6. PERSPECTIVAS - ANO DE 2025

Tendo por base o ano de 2024, que demonstrou ser um ano de significativos desafios para a RealTransfer em especial no que diz respeito ao corredor Brasileiro, perspetiva-se que o ano de 2025 seja novamente muito desafiante, no entanto, será também um ano de novas oportunidades, nomeadamente as relacionadas com o lançamento de novos serviços e parcerias de negócio.

Prevemos continuar a forte aposta que tem sido feita no corredor Brasil, assim como, dinamizar o corredor de Angola.

Continuar a apostar na dinamização e otimização da nossa rede de Balcões, tornando-os mais atractivos e competitivos, através da administração de formação a todos os colaboradores, alteração significativa no nosso departamento de Marketing, que permitirá uma renovação da nossa imagem, e continuação da aposta e foco na satisfação das necessidades dos nossos clientes.

Queremos continuar a diversificar a nossa oferta criando corredores próprios mais competitivos e que vão ao encontro da necessidade cada vez mais exigentes dos nossos clientes, perspetivando-se ainda um longo caminho até que estes corredores se encontrem plenamente estabelecidos.

Continuamos a considerar que as operações que realizamos através dos nossos parceiros, tanto os agentes como os correspondentes, são de extrema relevância para a RealTransfer e trabalhamos todos os dias para manter a boa relação que temos com todos eles e assim poder prestar aos nossos clientes uma oferta variada e competitiva no mercado dos pagamentos.

Continuaremos a apostar na consolidação da empresa, apostando em mais formação dos nossos Quadros por forma a elevar ao nível de excelência os nossos serviços e prosseguiremos o rigoroso controlo de custos que tem sido feito até aqui, tão essencial para a nossa continuidade e prosperidade.

Tendo cumprido o nosso objetivo para 2024, o de garantir a continuidade, estabilidade e crescimento da empresa e atingir os resultados positivos, colocamos agora como objetivo para o ano de 2025 a consolidação e robustecimento desse crescimento e melhoria.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas, reunidos em Assembleia Geral:

1. Que seja aprovado o Relatório de Gestão;
2. Que sejam aprovadas as Contas e o Balanço referentes ao exercício de 2024;
3. Que os resultados do exercício, com impostos incluídos, no montante de **23.076,76€** (vinte e três mil, setenta e seis euros e setenta e seis cêntimos) sejam levados a resultados transitados.

8. RECONHECIMENTO

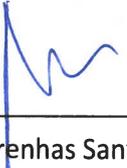
O Conselho de Administração quer manifestar o seu reconhecimento a todos os que no decurso do exercício económico em apreço, apoiaram a empresa e com ela colaboraram particularmente:

- Aos Bancos Centrais dos países onde desenvolvemos a nossa atividade, especialmente ao Banco de Portugal e seus técnicos, pela permanente disponibilidade e abertura no apoio à resolução das nossas dúvidas e interrogações;
- Aos acionistas Casa Campião e Ultra SGPS, pelo apoio, o interesse, apreço e disponibilidade sempre demonstrados;
- Aos restantes Órgãos Sociais pela disponibilidade sempre revelada;
- Aos colaboradores da Sociedade pelo esforço, dedicação e leal desempenho demonstrados;
- À Caixa Económica Montepio Geral pelo apoio continuamente demonstrado como nosso parceiro de negócio;

- À DFK & Associados, SROC, Lda;
- À Contabilista Certificada da nossa empresa;
- Ao escritório de advogados Ferreira Pinto Cardigos, na pessoa do Dr. Rui Simões pelo apoio constante e permanente sempre dado à nossa empresa;
- A todos os colaboradores do nosso Agente NovaCâmbios, que nos têm acompanhado nesta jornada.

Lisboa, 10 de Março de 2025

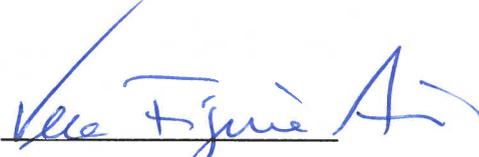
O Conselho de Administração



Pedro Mascarenhas Santos



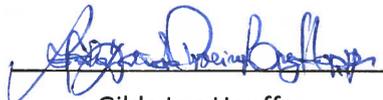
Vasco Linhares de Melo



Vera Figueira Aires



João Bettencourt da Camara



Gilda Luz Hopffer

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS ANEXAS

- **Balanço**
- **Demonstração de Resultados**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- **Demonstração das Alterações no Capital Próprio**
- **Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras**

(A base de Reporte é Individual e todos os valores apresentados no Anexo estão expressos em Euros, salvo indicação de outra moeda)

BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2024

		Ano - Atividade Global			
		Valor antes de	Provisões, imparidades	Valor líquido	Ano Anterior
Notas		provisões, imparidades	e		
		e amortizações	amortizações		
		1	2	3 = 1 - 2	4
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	599.100,88		599.100,88	670.789,68
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	257.674,36		257.674,36	299.718,57
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6	30.275,43		30.275,43	30.223,72
Aplicações em instituições de crédito	7	130.950,00		130.950,00	145.450,00
Outros ativos tangíveis	8	1.128.597,17	807.684,67	320.912,50	338.945,95
Ativos intangíveis	9	58.114,05	55.777,30	2.336,75	8.629,12
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	10	1.095.012,00	-	1.095.012,00	-
Ativos por impostos correntes	11	6.356,06		6.356,06	11.478,80
Ativos por impostos diferidos	11	48.549,98		48.549,98	52.215,14
Outros ativos	12	4.068.867,99		4.068.867,99	5.050.499,09
Total de Ativo		7.423.497,92	863.461,97	6.560.035,95	6.607.950,07
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	13			286.887,99	383.864,18
Passivos por impostos correntes	11			13.924,30	21.568,03
Outros passivos	14			1.146.201,78	1.112.572,74
Total de Passivo				1.447.014,07	1.518.004,95
Capital					
Capital	15			600.000,00	600.000,00
Outras reservas e resultados transitados	16			4.489.945,12	4.435.818,28
Resultado do exercício	17			23.076,76	54.126,84
Total de Capital				5.113.021,88	5.089.945,12
Total de Passivo e Capital				6.560.035,95	6.607.950,07

Lisboa, 10 de março de 2025

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044



O Conselho de Administração

Pedro Mascarenhas Santos
Vasco Linhares de Melo
Vera Figueira Aires
João Bettencourt da Camara
Gilda Luz Hopffer



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

De 31 de Dezembro de 2024

	Notas	2024	2023
Juros e rendimentos similares	18	644,22	15,21
Juros e encargos similares	18	18.551,60	21.335,04
Margem Financeira		(17.907,38)	(21.319,83)
Rendimentos de serviços e comissões	19	472.350,56	518.153,01
Encargos com serviços e comissões	20	826.322,00	873.178,43
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	21	51,71	-
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	22	4.540.567,60	4.621.333,25
Resultados de alienação de outros activos	23	300,00	-
Outros resultados de exploração	24	5.968,13	(20.294,68)
Produto Bancário		4.175.008,62	4.224.693,32
Custos com pessoal	25	2.776.002,02	2.714.792,09
Gastos gerais administrativos	26	1.280.092,18	1.354.477,88
Amortizações do exercício e provisões líquidas de reposições e anulações	27	78.248,20	64.769,90
Resultado Antes de Impostos		40.666,22	90.653,45
Impostos		(17.589,46)	(36.526,61)
Correntes	11	13.924,30	21.568,03
Diferidos	11	3.665,16	14.958,58
Resultado Líquido do Período		23.076,76	54.126,84

Lisboa, 10 de março de 2025

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044



O Conselho de Administração

Pedro Mascarenhas Santos
Vasco Linhares de Melo
Vera Figueira Aires
João Bettencourt da Camara
Gilda Luz Hopffer



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2024

	Notas	2024	2023
Atividades Operacionais			
Recebimentos de comissões	19	472.350,56	518.153,01
Pagamento de comissões	20	(826.322,00)	(873.178,43)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	25 & 26	(4.056.125,16)	(4.069.269,97)
Resultados de reavaliação cambial	22	4.540.567,60	4.621.333,25
Caixa gerada pelas operações		130.471,00	197.037,86
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	11	(10.089,23)	(28.878,31)
Aplicações e recursos em IC's	7	14.500,00	2.750,00
Outros recebimentos / pagamentos		(92.272,74)	(76.549,85)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		42.609,03	94.359,70
Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	8	(56.247,08)	(158.788,42)
Ativos intangíveis	9	-	(6.187,84)
		56.247,08	164.976,26
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	23	300,00	-
		300,00	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		(55.947,08)	(164.976,26)
Atividades de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	13	(120.876,19)	(116.135,82)
Juros e gastos similares	18	(18.562,99)	(21.335,04)
		139.439,18	137.470,86
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares	18	644,22	15,21
Outras operações de financiamento	13	23.900,00	-
		24.544,22	15,21
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		(114.894,96)	(137.455,65)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(128.233,01)	(208.072,21)
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.115.958,25	1.324.030,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período		987.725,24	1.115.958,25
Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa		-	-

Lisboa, 10 de março de 2025

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
 Contabilista Certificada N.º 93044



O Conselho de Administração

Pedro Mascarenhas Santos
 Vasco Linhares de Melo
 Vera Figueira Aires
 João Bettencourt da Câmara
 Gilda Luz Hopffer



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2024

Rúbricas	Notas	Capital	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 dezembro 2022		600.000,00	612.908,25	3.256.672,23	395.524,41	170.713,39	5.035.818,28
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2022	16	-	37.091,75	93.327,77	40.293,87	(170.713,39)	-
Resultado líquido do exercício de 2023	16	-	-	-	-	54.126,84	54.126,84
Saldo em 31 dezembro 2023		600.000,00	650.000,00	3.350.000,00	435.818,28	54.126,84	5.089.945,12
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2023	16	-	-	-	54.126,84	(54.126,84)	-
Resultado líquido do exercício de 2024	17	-	-	-	-	23.076,76	23.076,76
Saldo em 31 dezembro 2024		600.000,00	650.000,00	3.350.000,00	489.945,12	23.076,76	5.113.021,88

Lisboa, 10 de março de 2025

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
 Contabilista Certificada N.º 93044

Margarida Cravid de Melo.

O Conselho de Administração

Pedro Mascarenhas Santos
 Vasco Linhares de Melo
 Vera Figueira Aires
 João Bettencourt da Camara
 Gilda Luz Hopffer

[Handwritten signatures of the Board of Directors]

Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2024

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A REALTRANSFER – Instituição de Pagamento, S.A (Empresa) é uma sociedade anónima, constituída em 14 de dezembro de 2007, com sede na Rua Augusta, n.º 280 – 3.º andar – 1100-057 Lisboa.

No exercício de 2024 as principais atividades desenvolvidas foram a realização de operações de envio e pagamento de fundos, a compra e venda de moeda estrangeira, compra de cheques de viagem, bem como a compra de ouro.

As operações de transferências de fundos foram realizadas não só na qualidade de agente doutras Instituições de Pagamentos, mas também de forma autónoma em plataforma informática própria da Empresa.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Base de apresentação e principais critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), aprovadas e publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), no âmbito do disposto pela União Europeia através do Regulamento 1606/2002 e na sequência do qual foi publicado o Aviso nº5/2015 de 30 de Dezembro do Banco de Portugal.

A informação contabilística da empresa foi preparada de acordo com as Normas Contabilísticas Ajustadas, conforme a Instrução n.º 23/2017 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, no pressuposto da continuidade das operações.



Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativos Tangíveis e Intangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

As amortizações e depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil prevista.

b) Especialização dos exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio do acréscimo, sendo os rendimentos e os gastos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos em euros tendo sido utilizadas as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2024 publicadas pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, foram registadas como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados do exercício.

d) Férias e subsídio de férias

A Empresa regista como gastos de cada exercício, o valor das remunerações devidas por férias e subsídio de férias, bem como os respetivos encargos sociais, pagáveis no ano seguinte a todos os trabalhadores.

e) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos aceites em Portugal.

f) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e

passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

g) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

h) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

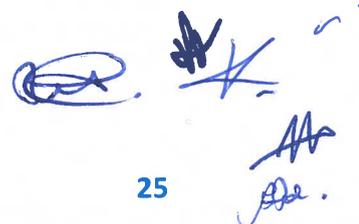
i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

j) Derrogação das disposições

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição às IFRS.



3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da RealTransfer, SA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes das transações bem como da conversão por taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros ganhos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

3.3. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

3.4. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.



3.5. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.6. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.7. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.



27

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.8. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.9. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em

resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio

3.10. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa reduzida de 17%, e à taxa normal de 21% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

4. CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, o saldo da conta de Caixa tinha a seguinte composição:

Caixa	2024	2023
Moeda Nacional	274.785,07	316.154,80
Moeda Estrangeira	324.315,81	354.634,88
Total	599.100,88	670.789,68

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, as Disponibilidades em OIC apresentavam-se como se segue:

Disponibilidades OIC	2024	2023
Moeda Nacional	242.186,41	295.067,85
Moeda Estrangeira	15.487,95	4.650,72
Total	257.674,36	299.718,57

6. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, o saldo desta rubrica corresponde na integra ao **Fundo de Compensação de Trabalho** e apresentava-se da seguinte forma:

Outros Ativos Financeiros	2024	2023
FCT - Fundo de Compensação de Trabalho	30.275,43	30.223,72
Total	30.275,43	30.223,72

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2024, o valor de Aplicações em Instituições de Crédito não teve alteração e era de **130.950,00 euros**, valor depositado junto da **Caixa Económica Montepio Geral**, com renovação anual e detalham-se como se segue:

Aplicações em IC	2024	2023
Poupança Prazo 1		14.500,00
Poupança Prazo 2	33.600,00	33.600,00
Poupança Prazo 3	18.500,00	18.500,00
Poupança Prazo 4	37.600,00	37.600,00
Poupança Prazo 5	40.250,00	40.250,00
Poupança Prazo 6	1.000,00	1.000,00
Total	130.950,00	145.450,00



30



8. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido em 2023 e 2024 para Outros Ativos Tangíveis foi o seguinte:

	Saldo em 01jan2023		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2023
	Valor bruto	Amortiz Acumul	Aquisições	Abate / Vendas Regularizações		
Edifícios	88.629,92	13.626,00	0,00	0,00	1.362,60	73.641,32
Obras em Edifícios	58.209,59	9.601,81	11.884,18	0,00	6.541,80	53.950,16
Equipamento	784.530,32	672.872,84	79.516,94	0,00	44.496,30	146.678,12
Outros Activos Tangíveis	0,00	0,00	65.062,60	0,00	2.710,95	62.351,65
Activos Tangíveis em Curso	0,00	0,00	2.324,70	0,00	0,00	2.324,70
Total	931.369,83	696.100,65	158.788,42	0,00	55.111,65	338.945,95

	Saldo em 01jan2024		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2024
	Valor bruto	Amortiz Acumul	Aquisições	Abate / Vendas Regularizações		
Edifícios	88.629,92	14.988,60	0,00	0,00	1.362,60	72.278,72
Obras em Edifícios	70.093,77	16.143,61	14.083,50	0,00	7.492,80	60.540,86
Equipamento	864.047,26	717.369,14	39.966,49	-15.483,46	51.951,43	134.693,18
Outros Activos Tangíveis	65.062,60	2.710,95	2.197,09	0,00	11.149,00	53.399,74
Activos Tangíveis em Curso	2.324,70	0,00	0,00	-2.324,70	0,00	0,00
Total	1.090.158,25	751.212,30	56.247,08	-17.808,16	71.955,83	320.912,50

RESUMO	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES E DEPRECIÇÕES	VALOR LIQUIDO EM 31/12/24
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	1.128.597,17	807.684,67	320.912,50

No ano de 2024 foi alienada uma viatura.

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Relativamente aos Ativos Intangíveis, o movimento ocorrido em 2023 e 2024 foi de:

	Saldo em 01jan2023		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2023
	Valor bruto	Amortiz Acumul	Aquisições	Abate / Vendas Regularizações		
Software	39.997,84	32.903,16	6.187,84	0,00	8.261,09	5.021,43
Trespasse	11.928,37	6.923,52	0,00	0,00	1.397,16	3.607,69
Total	51.926,21	39.826,68	6.187,84	0,00	9.658,25	8.629,12

	Saldo em 01jan2024		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2024
	Valor bruto	Amortiz Acumul	Aquisições	Abate / Vendas Regularizações		
Software	46.185,68	41.164,25	0,00	0,00	4.895,21	126,22
Trespasse	11.928,37	8.320,68	0,00	0,00	1.397,16	2.210,53
Total	58.114,05	49.484,93	0,00	0,00	6.292,37	2.336,75

RESUMO	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES E DEPRECIÇÕES	VALOR LIQUIDO EM 31/12/24
ACTIVOS INTANGÍVEIS	58.114,05	55.777,30	2.336,75

10. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Investimentos em Filiais	2024	2023
NOVACÂMBIOS - Instituição de Pagamento, SA - Lisboa (Portugal)	1.095.012,00	0,00
Total	1.095.012,00	0,00

A empresa em 31/12/2024 detinha um investimento na empresa NOVACÂMBIOS – Instituição de Pagamento, SA, no valor de 1.095.012,00€, equivalente a 53,67% e com 40.556 acções com o valor nominal de 27€ (vinte e sete euros).

No final do ano de 2024 e com o objectivo da empresa participada, cumprir com os rácios dos Fundos Próprios e dos Capitais Próprios, foi realizado um aumento de capital da sociedade no valor 1.095.012,00€, pela entrada da RealTransfer – Instituição de Pagamento, SA, como novo acionista.

Importa referir que o valor deste novo Investimento em Filiais, foi realizado através de uma saída em espécie, na qual a empresa acionista efetuou uma conversão de créditos sobre a NovaCâmbios em participação financeira, operação essa validada por um Revisor Oficial de Contas Independente, conforme exigido na legislação comercial e aprovada pelo Banco de Portugal.

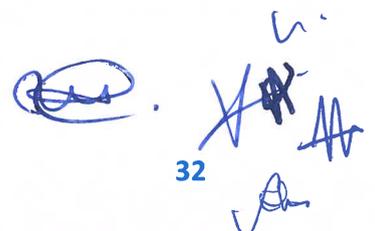
Refira-se, adicionalmente, que a RealTransfer passou a deter a maioria do capital social na empresa NovaCâmbios.

11. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

O valor de **6.356,06€** de Activos por Impostos Correntes é relativo ao **Pagamento por Conta de IRC e Retenções na Fonte**, adiantamentos efectuados durante o exercício de 2024, cujo valor irá ser abatido ao pagamento do IRC de 2024.

Activos por Impostos Correntes	2024	2023
Pagamento por Conta de IRC	6.195,00	11.475,00
Retenções na Fonte	161,06	3,80
Total	6.356,06	11.478,80

O valor dos impostos referentes ao exercício de 2024 é de **17.589,46**, resultante de um **Imposto Corrente** de **13.924,30€** e de um **Imposto Diferido por Prejuízo fiscal** de **3.665,16€**.



32

Activos e Passivos por Impostos	2024	2023
Resultado Fiscal	26.851,00	109.586,69
Resultado Antes de Impostos (RAI)	40.666,22	90.653,45
Impostos Correntes	(13.924,30)	(21.568,03)
Impostos Diferidos	(3.665,16)	(14.958,58)
Total de Impostos	(17.589,46)	(36.526,61)
Resultado Líquido do Período	23.076,76	54.126,84

Ver a Nota 17 – Resultado Líquido do Período

O cálculo do Imposto corrente é de **13.924,30€** e o valor a pagar é de **7.568,24€**, depois de deduzido o Pagamento por Conta de IRC e as retenções na Fonte no valor total de **6.356,06€**.

Cálculo do Imposto Corrente	2024	2023
Matéria Colectável	9.397,85	38.355,34
Imposto a 17%	1.597,63	6.520,41
Derrama 1,5%	402,77	1.643,80
Tribuição Autónoma	11.923,90	13.403,82
Total de IRC	13.924,30	21.568,03
Pagamento por Conta de IRC + Retenções	(6.356,06)	(11.478,80)
IRC a PAGAR	7.568,24	10.089,23

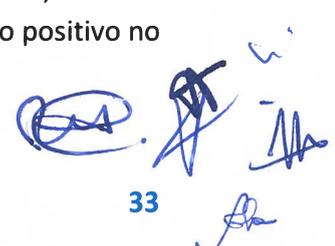
Apesar dos resultados negativos obtidos nos exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2021, a Empresa tem em curso um plano de reestruturação da sua atividade que irá inverter no curto prazo os resultados.

Todas as projeções internas realizadas permitir garantir com segurança a recuperabilidade dos impostos diferidos dentro dos prazos legais existentes.

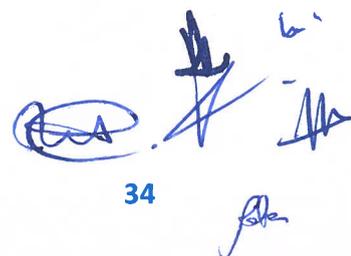
Nos cálculos dos impostos diferidos dos exercícios anteriores a Empresa aplicou uma taxa de imposto simplificada de 21% sobre o prejuízo fiscal recuperável, este ajustamento é com base na expectativa futura da Empresa vir a obter lucro e assim utilizar o crédito fiscal em causa. A taxa de imposto aplicada está em linha com a taxa de imposto atual e a espectável para exercícios futuros.

O valor total de **Ativos por Impostos Diferidos** registado desagrega-se da seguinte forma:

- Em 2024 o total era de **48.549,98€** e em 2023 de 52.215,14€;
- Foi deduzido o valor de **3.665,16€** na conta **Ativos por Impostos Diferidos**;
- Esta diminuição deve-se ao facto da empresa ter apresentado resultado positivo no exercício de 2024.



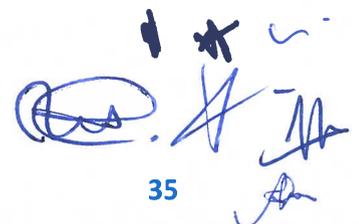
Activos por Impostos Diferidos	Saldo Inicial	Acréscimo do Imposto Diferido por PE	Dedução do Prejuízo Fiscal	Saldo Final
Saldo em 31.dez.2019	93.510,48			93.510,48
Dedução do crédito do prejuízo fiscal referente a 2019			(3.895,57)	(3.895,57)
Dedução do crédito do prejuízo fiscal referente a 2020			(17.053,03)	(17.053,03)
Saldo em 31.dez.2020	93.510,48		(20.948,60)	72.561,88
Activos por Impostos Diferidos por Prejuízos Fiscais 2021		46.194,72	-	46.194,72
Saldo em 31.dez.2021	72.561,88	46.194,72	-	118.756,60
Dedução do crédito do prejuízo fiscal referente a 2022			(51.582,88)	(51.582,88)
Saldo em 31.dez.2022	118.756,60		(51.582,88)	67.173,72
Dedução do crédito do prejuízo fiscal referente a 2023			(14.958,58)	(14.958,58)
Saldo em 31.dez.2023	67.173,72		(14.958,58)	52.215,14
Dedução do crédito do prejuízo fiscal referente a 2024			(3.665,16)	(3.665,16)
Saldo em 31.dez.2024	52.215,14		(3.665,16)	48.549,98



12. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Outros Ativos detalha-se como se segue:

Outros Ativos	2024	2023
Devedores e Outras Aplicações	3.337.155,36	3.340.005,36
Cauções Contractuais	27.000,00	27.000,00
SIBS	25.000,00	25.000,00
GALP Frota	2.000,00	2.000,00
Processos Judiciais	4.400,00	7.250,00
Proc.º 44245/21, DYLPEP	3.250,00	7.250,00
Proc.º 130/24.3 JBLSB	1.150,00	0,00
Outros Devedores Nacionais	3.259.623,49	3.259.623,49
ULTRA - SGPS, SA	2.655.859,57	2.655.859,57
NovaCâmbios Portugal	407.497,00	407.497,00
UltraServiços, Lda.	179.766,92	179.766,92
Casa Travassos, Lda.	16.500,00	16.500,00
Outros Devedores Estrangeiros	46.131,87	46.131,87
NovaCâmbios Angola	46.131,87	46.131,87
Outras Disponibilidades (Agentes e Correspondentes)	506.472,03	1.521.514,97
Ordens de Pagamento a Agentes/Correspondentes	506.472,03	424.150,47
NovaCâmbios Portugal - Valor Cativo (Procº BdP)	0,00	1.097.364,50
Rendimentos a Receber	49.822,29	24.763,80
MoneyGram	3.738,56	5.162,47
SIBS	1.168,38	4.501,33
Outros Rendimentos	44.915,35	15.100,00
Despesas com Encargo Diferido	156.880,51	152.630,10
Seguros	9.587,99	14.558,44
Rendas	38.741,30	44.587,72
Cauções de Rendas	98.581,76	87.407,03
Outras Despesas Diferidas	9.969,46	6.076,91
Outras Operações a Regularizar	18.537,80	11.584,86
Falhas de Caixa	4.704,42	-1.133,97
Documentos a aguardar Facturas	0,00	1.528,67
Outras operações activas a regularizar	13.833,38	11.190,16
Total	4.068.867,99	5.050.499,09



DEVEDORES E OUTRAS APLICAÇÕES

- Foi estabelecida uma caução pela **SIBS**, no valor de 25.000€, a fim de mantermos as ATM's a funcionar nos nossos balcões.
- Foi estabelecida uma caução pela **GALP Frota**, no valor de 2.000€.

PROCESSOS JUDICIAIS

- **Processo Judicial N.º 44245/21 DYLPEP** – Houve um decréscimo de 4.000 Euros, relativamente ao período anterior;
- **Processo Judicial N.º 130/24.3 JBLSB** - Processo novo, instaurado em 2024, mas o Ministério Público ainda não se pronunciou sobre este processo.

OPERAÇÕES TRANSFERÊNCIA DE VALORES – Agentes / Correspondentes

- São os valores das Ordens de Pagamento que a empresa já efectou aos clientes e esses mesmo valores são devidos pelos Agentes/Correspondentes à empresa.

RENDIMENTOS A RECEBER

- Os rendimentos a receber, dizem respeito às Comissões da **MONEYGRAM** (Agente de Transferências) e da **SIBS** (ATM's), referentes ao mês de Dezembro/2024 cujos rendimentos já estão reconhecidos, mas ainda não foram recebidos, só recebemos as transferências bancárias em 2025.

DESPESAS COM ENCARGO DIFERIDO

- As despesas com encargo diferido, nomeadamente com **Seguros, Rendas e outras despesas diferidas** dizem respeito a encargos já pagos durante o ano de 2024, mas os custos/gastos só irão ser reconhecidas em 2025.

OUTRAS OPERAÇÕES A REGULARIZAR

- **Falhas de Caixa** – No ano anterior estavam registadas, as Falhas e as Sobras nesta rubrica, em 2024 ficou evidenciado em 31/12/2024 somente o valor das Falhas de Caixa;
- Os **Documentos que estavam a aguardar Facturas**, foram todas regularizados durante o ano de 2024.

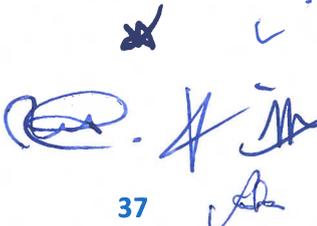
13. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rúbrica tem a seguinte composição:

Recursos de OIC	2024	2023
de Outras Instituições de Crédito	262.987,99	383.864,18
Millennium BCP - Millennium FEI EGF	262.987,99	383.864,18
de Leasing Auto	23.900,00	0,00
Total	286.887,99	383.864,18

- Em 6 de dezembro de 2022, foi celebrado um contrato de crédito junto do Banco Millennium BCP, ao abrigo da linha de crédito “Millennium FEI EGF” por um prazo de 5 anos;
- No ano de 2024 foi contraído um empréstimo (Leasing Auto) para a aquisição duma viatura.

Ver Nota 27.2 – Responsabilidades de Crédito



37

14. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Outros Passivos pode ser resumida como se segue:

Outros Passivos	2024	2023
Fornecedores, Estado, e Credores	860.121,22	762.332,92
Fornecedores	75.625,94	13.842,95
Fornecedores Residentes	56.634,92	13.842,95
Fornecedores Intra-Comunitarios	0,01	0,00
Fornecedores Intra-Grupo	18.991,01	0,00
Sector Público Administrativo	71.235,96	71.328,02
Segurança Social e Autoridade Tributária	71.152,34	71.328,02
Cobranças de Terceiros - Penhora de Vencimentos	83,62	0,00
Credores	713.259,32	677.161,95
Outros Credores	713.259,32	677.161,95
Credores em Suspensão	0,00	7.379,32
Outros Credores - Transferências de Valores	713.259,32	669.782,63
Encargos a Pagar	283.463,33	350.239,82
Férias, Subsídios de Férias e Encargos Sociais	264.681,45	260.866,86
Outros Custos de Pessoal a Pagar	7.661,06	10.689,44
Fornecimentos e Serviços de Terceiros a pagar	8.666,34	7.829,33
Outros Encargos a pagar	2.454,48	70.854,19
Outras Operações a Regularizar	2.617,23	0,00
Sobras de Caixa	2.617,23	0,00
Total	1.146.201,78	1.112.572,74

FORNECEDORES

- Os valores aqui indicados dizem respeito a facturas que estão por liquidar à data de 31/12/2024;

SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO

- Os valores aqui indicados dizem respeito aos **IMPOSTOS** do mês de Dezembro/2024, que foram pagos em janeiro e em fevereiro de 2025:
 - Segurança Social
 - AT - Retenções na Fonte
 - Trabalho Dependente



- Trabalho Profissional
- Prediais
- Imposto do Selo
- IVA
- Existem valores de penhoras de vencimentos, cujo valor foi liquidado em 2025

CREDORES

Outros Credores

- **Credores em Suspense** – São as ordens de Pagamento não reclamadas por Clientes/Beneficiários;
- **Transferências de Valores** – São as ordens de Pagamento recebidas dos clientes que são devidas aos Agentes/Correspondentes.

ENCARGOS A PAGAR

- Os encargos a pagar, referente aos **Juros, Férias, Subsídio de Férias, Encargos Sociais com as Férias, Custos com Pessoal, Fornecimentos e Serviços de Terceiros**, são Custos/Gastos que já estão reconhecidos em 2024, cujo pagamento só irá ocorrer em 2025.

OUTRAS OPERAÇÕES A REGULARIZAR

- **Sobras de Caixa** – São as sobras de Caixa que ocorreram durante o ano de 2024.

15. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, o capital social de **600.000,00€** encontra-se integralmente subscrito e realizado. A composição dos detentores do capital social é a seguinte:

Valor Nominal de cada acção	1 Euro		
	Valor Participação	N.º de Acções	%
ULTRA-SGPS, SA	550.000,00	550.000	91,67
CAMPIÃO & Cª, LDA.	50.000,00	50.000	8,33
Total	600.000,00	600.000	100%

16. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rúbrica tem a seguinte composição:

Outras Reservas e Resultados Transitados	2024	2023
Reserva Legal	650.000,00	650.000,00
Reservas Livres	3.350.000,00	3.350.000,00
Outras Reservas	4.000.000,00	4.000.000,00
Resultados Transitados até o ano de 2015	2.549.286,90	2.549.286,90
Resultados Transitados do ano de 2016	(1.503.593,30)	(1.503.593,30)
Resultados Transitados do ano de 2017	(128.106,71)	(128.106,71)
Resultados Transitados do ano de 2018	(378.067,56)	(378.067,56)
Resultados Transitados do ano de 2019	19.503,32	19.503,32
Resultados Transitados do ano de 2020	83.136,14	83.136,14
Resultados Transitados do ano de 2021	(246.634,38)	(246.634,38)
Resultados Transitados do ano de 2022	40.293,87	40.293,87
Resultados Transitados do ano de 2023	54.126,84	-
Resultados Transitados	489.945,12	435.818,28
Total	4.489.945,12	4.435.818,28

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual é destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Composição das Reservas:

- Em 31/12/2024 a Reserva Legal estava totalmente constituída nos termos da Lei.
- Em 31/12/2024 o valor das Outras Reservas corresponde às Reservas Livres e Estatutárias.

Por decisão da Assembleia Geral Anual, realizada em 26 de março de 2024, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com um resultado líquido positivo de **54.126,84€**, tendo sido deliberado a transferência para Resultados Transitados.

17. RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

Resultado Líquido do Período	2024	2023
Resultado do Exercício	23.076,76	54.126,84
Total	23.076,76	54.126,84

Ver a Nota 11 - Ativos e Passivos Por Impostos Correntes e Diferidos

18. MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é detalhada como se segue:

Margem Financeira	2024	2023
Juros e Rendimentos Similares	644,22	15,21
Juros de Aplicações OIC	644,22	15,21
Juros e Encargos Similares	(18.551,60)	(21.335,04)
Juros de Empréstimos	18.545,30	21.335,04
Outros Juros	6,30	-
Total	(17.907,38)	(21.319,83)

19. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões do ano de 2024 e 2023 foram os seguintes:

Rendimentos de Serviços e Comissões	2024	2023
Transferência de Valores	407.612,61	485.209,41
Comissões por Operações em ATM - Euronet	19.884,20	31.986,64
Ouro	44.853,75	956,96
Total	472.350,56	518.153,01

20. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Os encargos com serviços e comissões do ano de 2024 e 2023 foram os seguintes:

Encargos com Serviços e Comissões	2024	2023
Comissões por Operações e Serviços Bancários	148.351,55	121.076,10
Comissões por Serviços de Transferência de Valores	677.970,45	752.102,33
Total	826.322,00	873.178,43

21. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS (LÍQUIDO)

Os resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados do ano de 2024 e 2023 foram os seguintes:

Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor	2024	2023
FCT - Fundo de Compensação de Trabalho	51,71	0,00
Total	51,71	0,00

Estes valores e resultados dizem respeito ao FCT-Fundo de Compensação de Trabalho ajustados durante o ano de 2024.

22. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Resultados de Reavaliação Cambial em Operações Financeiras apresentava um saldo de 4.540.567,60€ e de 4.621.333,25€ respetivamente.

Resultados de Reavaliação Cambial (liquido)	2024	2023
Ganhos em Operações Financeiras	4.603.428,47	4.671.320,13
Perdas em Operações Financeiras	62.860,87	49.986,88
Margem das Operações Financeiras	4.540.567,60	4.621.333,25
Margem em Notas	1.458.243,35	3.098.634,17
Margem em Divisas	3.082.324,25	1.522.699,08
Margem das Operações Financeiras	4.540.567,60	4.621.333,25

Os resultados de reavaliação cambial resultam da reavaliação diária das contas de moeda estrangeira e é calculada com base no fixing editado pelo Banco de Portugal.

23. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Resultados de alienação de outros activos	2024	2023
Alienação de Activos Tangíveis	300,00	0,00
Total	300,00	0,00

No ano de 2024 foi alienada uma viatura, está aqui evidenciado os resultados da alineação dessa mesma viatura.

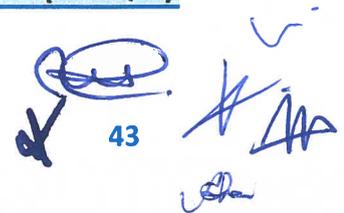
Ver Nota 8 - Outros Activos Tangíveis

24. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a composição das rubricas a seguir indicadas eram as seguintes:

Outros Resultados de Exploração	2024	2023
Outros Encargos e Gastos Operacionais	(31.535,40)	(46.646,84)
Quotizações e Donativos	8.145,00	8.525,03
Outros Encargos e Gastos - Sinistros	-	786,17
Multas e Outras Penalidades	310,53	18.652,50
Juros de Mora	11,39	-
Outros Gastos Operacionais	413,47	-
Custos de Exercícios Anteriores	22.655,01	18.683,14
Outros Impostos	(15.502,47)	(11.827,55)
Imposto do Selo	5.591,07	5.915,66
IUC	802,66	421,58
IMI	173,20	173,20
Taxas	5.612,99	3.224,73
IVA	2.976,65	2.074,53
Outros Impostos	345,90	17,85
Outros Rendimentos e Receitas Operacionais	53.006,00	38.179,71
Rendimentos de Exercícios Anteriores	29.147,15	8.901,82
Indemnizações e Sinistros Recebidos (Seguro)	2.415,00	13.408,08
Reembolso de Despesas	18.994,34	-
Outros Rendimentos Operacionais	2.449,51	-
Cessaçã Revogaçã de Contratos	-	5.100,01
Prestaçã de Serviços de Gestã	-	10.000,00
Excesso por Estimativa de IRC	-	769,80
Total	5.968,13	(20.294,68)

43



25. CUSTOS COM PESSOAL

Os custos com pessoal em 31 de dezembro de 2024 e 2023 têm a seguinte composição:

Custos com Pessoal	2024	2023
Remunerações	1.555.870,80	1.555.670,77
Subsídio de Férias e de Natal	266.163,42	239.531,65
Encargos Sociais s/ Remunerações	424.541,21	419.259,79
Fundo de Compensação do Trabalho	-	180,74
Cedência de Pessoal	282.227,15	252.575,65
Subsídio de Refeição	157.435,29	164.308,32
Subsídio de Transporte	27.330,00	28.050,00
Seguro de Acidentes de Trabalho	13.546,78	14.174,08
Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho	2.747,73	4.232,54
Seguro de Saúde	41.321,82	30.515,28
Indemnizações Contratuais	2.335,10	2.723,33
Fundo de Pensões - <i>Futuro</i>	1.732,72	1.928,94
Gastos com Acção Social	750,00	1.641,00
Total	2.776.002,02	2.714.792,09

Conselho de Administração:

- O Conselho de Administração é composto por 5 elementos (*ver página 5, Órgãos Sociais – Conselho de Administração*), 4 com cargos executivos e 1 não executivo;
- Os custos com Pessoal, que a empresa teve durante o exercício de 2024 foram de **214.496,26€**.

Número e Média de Colaboradores:

- O número médio de funcionários ao serviço em 2024 e em 2023 foi de **104**.
- No final do ano de 2024 o número total de funcionários era de **103** e no ano de 2023 eram de 105.

Os encargos sociais obrigatórios compreendem os seguintes custos:

- Descontos para o regime geral de Segurança Social
- Encargos com o Seguro de Acidentes de Trabalho
- Encargos com Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho

Os encargos sociais obrigatórios compreendem os seguintes custos:

- Cedência de Pessoal
- Indeminizações Contratuais
- Seguro de Saúde e Fundo de Pensões
- Gastos de Acção Social



26. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os Gastos Gerais Administrativos (com Fornecimentos e Serviços) totalizaram **1.280.092,18€** e repartiram-se da seguinte forma:

Gastos Gerais Administrativos com Fornecimentos	2024	2023
Água, Energia e Combustível	44.296,08	40.790,24
Material de Consumo Corrente	16.887,75	23.389,55
Material para Assistência e Reparações	448,17	1.340,37
Material de Higiene e Limpeza	4.262,72	4.547,14
Outros Fornecimentos	789,40	1.135,54
Total Gastos com Fornecimentos	66.684,12	71.202,84
Gastos Gerais Administrativos com Serviços	2023	2023
Rendas, Cedência de Espaços e Condomínios	561.302,84	552.147,39
Aluguer de Espaços	6.009,95	28.025,78
Aluguer de Viaturas	9.501,96	9.501,96
Comunicações	46.291,38	48.594,34
Deslocações e Representação no País	92.691,72	88.126,74
Deslocações e Representação no Estrangeiro	4.534,10	16.470,00
Despesas de Representação	21.820,87	60.143,32
Publicidade	77.605,08	95.204,42
Conservação e Reparação	20.840,01	21.281,54
Transporte de Material	1.006,41	1.287,28
Formação Profissional	889,82	7.194,93
Seguros	32.035,85	22.348,79
Avenças e Honorários	52.542,83	97.576,50
Serviços Judiciais, Contencioso e Notariado	1.862,90	1.481,37
Serviços de Informática	139.054,06	159.099,00
Serviços de Segurança e Vigilância	25.269,27	29.292,66
Serviços de Limpeza	19.123,29	19.441,56
Serviços de Ligação de Dados	14.396,62	13.553,55
Outros Serviços Especializados	1.882,10	203,91
Outros Serviços de Terceiros (Serviços de Gestão ULTRA)	84.747,00	12.300,00
Total Gastos com Serviços	1.213.408,06	1.283.275,04
Total de Gastos Gerais Administrativos	1.280.092,18	1.354.477,88

A fiscalização da Empresa é realizada pelo Fiscal Único **DFK & Associados SROC, Lda.**, que emite para cada exercício a Certificação Legal das Contas. No ano de 2024 os gastos que a empresa teve com a DFK foram de **13.407,00€**.



45

27. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIÇÕES DO EXERCÍCIO

Durante o exercício de 2024 e 2023, os gastos com amortizações detalham-se como se segue:

Depreciações e Amortizações do Exercício	2024	2023
Ativos Fixos Tangíveis	71.955,83	55.111,65
Ativos Intangíveis	6.292,37	9.658,25
Total	78.248,20	64.769,90

Ver Notas 8 e 9 - Outros Activos Tangíveis e Activos Intangíveis

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

28.1. Compromissos Assumidos

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa tinha as seguintes Garantias Bancárias ativas na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal:

Instituição	Loja	2024	2023
Caixa Económica Montepio Geral	Loures Shopping	33 593,08	33 593,08
Caixa Económica Montepio Geral	Forum Almada	18 360,48	18 360,48
Caixa Económica Montepio Geral	Algarve Shopping	37 519,30	37 519,30
Caixa Económica Montepio Geral	Via Catarina	40 223,88	40 223,88
Caixa Económica Montepio Geral	Rio Sul Shopping	-	20 397,96
Caixa Económica Montepio Geral	Forum Montijo	-	14 313,73
		129 696,74	164 408,43

28.2. Responsabilidades de Crédito

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa apresenta os seguintes saldos de crédito na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal:

Ver Nota 13 – Recursos de Outras Instituições de Crédito

Instituição	Produto Financeiro	2024	2023
Banco Millennium BCP	Financiamento à atividade empresarial	262.987,99	383.864,18
Toyota KreditBank GMBH - Sucursal em Portugal	Crédito Automóvel	23.900,00	-
Caixa Económica Montepio Geral	Cartão de crédito com período free-float	36,40	647,32
		286.924,39	384.511,50

28.3. Partes Relacionadas

Os saldos e transacções entre as empresas do grupo do ano de 2024, foram realizados com base nos preços de mercado, foram praticadas as mesmas regras aplicadas aos fornecedores/clientes:

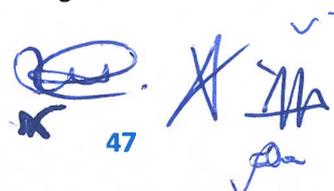
Empresa	Saldo em 31-12-2024	Varição	Saldo em 31-12-2023	Custos	Proveitos
Casa Campião	12.553,53	(34.025,52)	46.579,05	11.708,49	
Casa Travassos	152.062,12	106.490,65	45.571,47	37.565,21	
NovaCâmbios Angola	(381.418,58)	(314.098,77)	(67.319,81)	-	1.229,14
NovaCâmbios Portugal	2.188.068,70	19.500,35	2.168.568,35	372.266,12	-
RealTransfer Angola	(336.267,41)	234.755,58	(571.022,99)	-	7.259,87
RealTransfer Namíbia	(4.889,00)	0,00	(4.889,00)	-	-
Ultra Serviços	186.479,30	152,45	186.326,85	49.517,86	-
Ultra SGPS	2.635.296,05	(19.299,80)	2.654.595,85	84.747,00	-
Ultra Viagens	1.349,86	0,00	1.349,86	0,00	-

29. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a sua situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2024, a Empresa não efetuou transacções com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31/12/2024.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do mencionado diploma legal.



47

Na preparação das demonstrações financeiras, a RealTransfer não aplica a IFRS 16 – Locações, por considerar que a aplicação da mesma não tem um impacto materialmente relevante nas suas contas.

30. Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício de 2024, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

31. Factos Relevantes

No final do ano 2024 a RealTransfer detinha **20 agências**.

O Banco de Portugal procedeu ao averbamento da data de início de actividade da Realtransfer como Instituição de Pagamento em 04/07/2011, em harmonia com a sua comunicação ref.º 3778/11/DSPRE-proc. N.º 478/11 de 17/11/2011.

A Realtransfer mantém a utilização da mesma plataforma de software propriedade da software house sua fornecedora já de há vários anos que serve de base à gestão e contabilização da sua actividade, que sofre constantes actualizações.

Todos os movimentos de gestão (registo de compras/vendas de moeda, de pagamentos/recebimentos de remessas, e registo de transferências) é registada na plataforma SaaS sendo que, aquando do registo das operações, automaticamente serão calculados lotes, valias, comissões, impostos, possibilitando o acompanhamento diário da gestão. A Plataforma SaaS permite o controlo de saldos: de caixa, de caixa/tesouraria, das contas bancárias, dos correspondentes, dos valores a liquidar, das valias e demais contas. Permite ainda segregar a informação por caixa, por balcão, visualizar tudo ou parte, dependendo do "perfil" que a gestão defina para cada utilizador, limitando o risco em que se incorre.


✓
48


No final do dia, em cada balcão, um utilizador com “formação” adequada é responsável pela conferência e fecho das respectivas caixas no balcão, bem como a mudança de data do sistema, evitando deste modo quaisquer alterações dos valores.

Toda a actividade em termos operativos tem reflexo contabilístico, por intermédio de parametrizações contabilísticas efectuadas para o efeito durante o desenvolvimento do projecto.

A software house assegura anualmente actualizações/melhoramentos da plataforma de software, permitindo uma evolução permanente quer do sistema quer dos conteúdos.

Lisboa, 10 de março de 2025

O Responsável pela Contabilidade



Margarida Cravid de Melo

Contabilista Certificada N.º 93044

O Responsável pela Gestão

Pedro Mascarenhas Santos

Vasco Linhares de Melo

Vera Figueira Aires

João Bettencourt da Camara

Gilda Luz Hopffer



III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO





REALTRANSFER – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, SA
REVISÃO LEGAL DAS CONTAS
EXERCÍCIO DE 2024

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Agost'.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de *Realtransfer – Instituição de Pagamento, SA* (“Entidade”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 6.560.036 euros e um total de capital próprio de 5.113.022 euros, incluindo um resultado líquido de 23.077 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de *Realtransfer – Instituição de Pagamento, SA* em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A Entidade apresenta no seu ativo um montante a receber do seu acionista maioritário, Ultra SGPS, SA, no valor de 2.655.860 euros (2.655.860 euros em 2023). A Administração encontra-se a desenvolver um plano de reestruturação financeira do Grupo Ultra SGPS e, entende, que o valor indicado será integralmente recebido.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;





- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Miraflores, 09 de abril de 2025

Miguel Nolasco Palma

**(ROC nº 1798, inscrito na CMVM sob o n.º 20161639)
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda**

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2024, a atividade da *Realtransfer – Instituição de Pagamento, SA*, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio, o anexo às demonstrações financeiras e o relatório de gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da posição financeira, dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Assim, somos de parecer:

Primeiro - Que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e as Notas Anexas apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Segundo - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Miraflores, 09 de abril de 2025

O FISCAL ÚNICO



Miguel Nolasco Palma
(ROC nº 1798, inscrito na CMVM sob o n.º 20161639)
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda